

CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DA CIB/SC
ATA Nº 01/2015

Ao décimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e quinze, às 09:00, na Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis – localizada na Rua das Camélias, 345, Kobrasol, Florianópolis/SC realizou-se a reunião da Câmara Técnica Permanente da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos membros titulares, suplentes e convidados: Representantes da SST /SC – Renata Nunes, Fabiani Cabral Lima, Patrícia Chaves de Souza, Paloma Mariucci; Representantes do COEGEMAS/SC - Sandra Fernandes, Maria Eunice Bernat, Márcia Schmitt, Emiliana Vargas, Bernadete Liston, Juliana Nosswitz, Liliane Sena (Secretaria Executiva da CIB) e convidada: Liana Cordeiro (SDR Grande Florianópolis). Iniciando, a coordenadora Maria Eunice apresentou a pauta da reunião. Renata sugeriu alterar a ordem da pauta, e tratar no primeiro período sobre o item 4 “Continuação dos estudos e análises para definição da proposta de desenho da oferta regionalizada do PAEFI e do Serviço de Acolhimento”. Os itens 2 e 3 (Eleição da coordenadora, secretária e relatora da Câmara Técnica e Aprovação do calendário anual da Câmara Técnica 2015) passariam para pontos seguintes. Após a aprovação da pauta, Maria Eunice sugeriu que fosse feita uma apresentação dos participantes, em virtude de novos integrantes. Na seqüência, a coordenadora efetuou a leitura do Relatório Síntese dos estudos e análises para definição da proposta de desenho da oferta regionalizada do PAEFI e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21 anos Adultos e suas Famílias, material enviado para o COEGEMAS e CIB no final de 2014. Após a leitura foram pontuadas as etapas do estudo em relação à Média Complexidade até o presente momento, inclusive sobre o papel e responsabilidade do órgão gestor na regionalização e a regularização do repasse fundo-a-fundo. Maria Eunice informou que esse material foi levado ao conhecimento do colegiado, mas que os estudos permaneceram parados até que se houvesse uma definição maior por parte do Órgão Gestor Estadual referente ao modelo da regionalização e que a Câmara Técnica não havia mais se reunido desde o ano passado, pois o MDS havia prorrogado para 2015 o prazo para pactuação. Liliane informou que não houve uma formalização sobre a questão da prorrogação do prazo pelo MDS. Inicialmente foi estipulado o prazo até 30 de abril, mas na CIT foi feita a discussão informal com os entes e os casos de cada Estado seriam analisados individualmente. Maria Eunice disse que a adesão pelo Estado também não foi feita porque era necessário regularizar o repasse fundo a fundo. Renata colocou que existem várias situações para se pensar e que é necessário ser transparente diante das dificuldades e que existem metas a serem cumpridas até dezembro deste ano. Informou que dentro da diretoria existe uma discussão de planejamento, necessidade da estruturação do Fundo Estadual, garantia do repasse regular e automático e que o Fundo Estadual necessita de um contador específico para isto, sendo que no momento a Secretaria não conta com este profissional exclusivo, mas para atender todas as outras demandas. Também relatou que a SST entende a necessidade da oferta regionalizada, mas existem implicações e diversas tarefas importantes para que esse processo se viabilize. Reforçou a informação inicial de o MDS estudar cada caso, entre os Estados que não avançaram no processo de regionalização, e que a Câmara Técnica poderia

continuar seus estudos com esse reforço do Ministério, pois o mesmo está sendo bem acolhedor neste sentido, conforme presenciado na última reunião da CIT. Renata colocou também que um dos grandes desafios é o número reduzido de técnicas. Ressaltou, além disto, que a proposta do Comitê Gestor não funcionou e que é necessário pensar como será feita essa discussão envolvendo a participação dos municípios. Na sequência, Maria Eunice reforçou que a Câmara Técnica tem uma caminhada, que já existem os estudos dos dois modelos, mas que neste momento não há como fazer uma pactuação, pois é necessária a organização da estrutura do órgão gestor e do repasse fundo a fundo. Colocou também a posição do COEGEMAS, sobre o valor proposto, considerado inviável, e que neste sentido é apenas possível definir o modelo, porém a proposta não será pactuada nestes moldes. Ressaltou a importância de compartilhar com os municípios esse processo, porém sugeriu concluir os estudos, deixar pronto os dois modelos e aguardar o Estado se organizar e depois retomar com os municípios essa discussão. Na sequência, Liliane reforçou a existência destas demandas na secretaria e que existem questões estruturantes, de organização de recursos humanos e regularização do repasse fundo a fundo. Colocou ainda que este reordenamento institucional é de responsabilidade do Estado e que além da garantia do repasse regular e automático é necessário estabelecer um piso mínimo, para a garantia financeira de manutenção dos equipamentos. Renata retomou a questão da definição de prioridades, da necessidade de abrir mão de algumas questões para estruturar outras, e da importância dos monitoramentos, relatórios, assessoria técnica, estruturação do FEAS e base normativa do SUAS. Na ocasião Maria Eunice ressaltou esta importância, porém reforçou que não adianta fazer as leis, estruturar os pisos se não houver equipe técnica, que os municípios muitas vezes não conseguem apoio do Estado nas suas dúvidas e que é necessário um olhar mais próximo aos municípios. Fabiani colocou que o Estado tem se mostrado transparente e disposto a pensar junto e em parceria com os municípios, mas que existem limites. Maria Eunice ressaltou que pensar em um Estado forte é pensar em Municípios fortes, que normativas precisam ser revistas, que houve avanços, mas muitas mudanças ainda são necessárias e que existe uma grande importância do Estado se fazer presente nos municípios. Colocou ainda que tanto o Estado quanto os municípios apresentam a mesma dificuldade, seja na gestão, em recursos humanos e impactos causados pela redução do cofinanciamento. Em seguida, Renata relatou que apesar de muitos municípios não terem executado o recurso financeiro ano passado, foram realizadas algumas reuniões com a Secretaria da Fazenda, na tentativa de garantir o repasse do cofinanciamento e o compromisso em manter o valor repassado do ano anterior. Na sequência, Liliane afirmou que as questões estruturantes passam também por uma decisão de gestão do Governo Central. Ainda sobre a regionalização, Liliane informou que a CIB é uma mesa de negociação (dois entes discutem a sua realidade) e que a Câmara Técnica tem a função de mostrar tecnicamente o que é necessário. Se com a estrutura que se tem hoje não é possível implementar a oferta regionalizada, a Câmara Técnica tem a função de nortear o contexto atual, quais são os vazios e as ofertas que se tem hoje e o que é preciso para implantar a oferta regionalizada, seja em CREAS municipal ou não. Maria Eunice informou que o levantamento e os dados do estudo estão praticamente finalizados e que concluída esta etapa se tem subsídios suficientes

para levar ao MDS, e sendo necessário prolongar os estudos, devem-se os representantes anteriores da Câmara Técnica permanecerem e incorporando ainda os novos, formando uma equipe forte. Na continuidade, Liliane colocou que não é possível fazer uma proposta fechada do desenho, mas daria para dizer qual o contexto se tem hoje, fazer um breve diagnóstico e traçar a proposta e a estrutura necessária do órgão gestor estadual e dos municípios para que a oferta seja implantada e que Câmara Técnica possa dar subsídios para que seja discutido na mesa de negociação com mais propriedade. Maria Eunice colocou que é importante ter conhecimento das possibilidades que existem, no caso do Estado como executor e as responsabilidades que lhe cabem e da mesma forma no caso dos Municípios. Liliane informou que o MDS lançou um caderno técnico para pactuação de regionalização que trata das etapas processuais para sistematizar o relatório e que é possível utilizar este material como exemplo, tanto dentro de um modelo como de outro e posteriormente levar este documento para a mesa de negociação. Na seqüência Paloma efetuou a leitura do resumo deste material: Orientações para pactuação da Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade nas CIB'S. Liliane informou que a CIB não pactua apenas o desenho, mas sim quatro pactuações diferentes, 1- desenho da regionalização, 2 - cofinanciamento da Média Complexidade, 3 - cofinanciamento da Alta Complexidade e 4 - Centrais de Acolhimento. Na continuidade da leitura, Paloma enfatizou o passo a passo do diagnóstico proposto no material e as etapas já realizadas, assim como a identificação das microrregiões sem cobertura de serviços, mapeamento da rede de serviços socioassistenciais, órgãos de defesa e garantia de direitos, identificação de situações de violação de direitos, identificação de condições de acesso, deslocamento e distância entre os municípios e aqueles de pequeno porte I que não possuem cofinanciamento federal para CREAS e as diferenças entre CREAS regional e municipal. Liliane evidenciou neste processo a importância do estudo do custo do equipamento. Na seqüência houve um debate no grupo referente ao custo da equipe técnica e inviabilidade da implantação da oferta regionalizada da alta complexidade. Surgiu a possibilidade de ser realizada uma pesquisa referente ao piso salarial de cada categoria junto aos conselhos regionais. Maria Eunice salientou que as dificuldades sobre as equipes existem não só na oferta regionalizada, mas também na assessoria, acompanhamento, monitoramento. Após a conclusão da leitura do material Maria Eunice afirmou que a Câmara Técnica já está bastante avançada nos dados produzidos e que o relatório resumo poderá ser apresentado na CIB, pois várias etapas já foram superadas. Liliane sugeriu produzir o relatório dividido entre a média e alta complexidade, evidenciando os dois modelos de CREAS regionalizados, suas implicações e as responsabilidades de cada ente neste processo, detalhar a estrutura necessária do órgão gestor na execução da regionalização, tanto para oferta dos serviços de média, alta complexidade e central de acolhimento, e o que se tem atualmente de recursos humanos. Fabiani ressaltou novamente os limites e entraves que o Estado tem para implantar a regionalização. Maria Eunice levantou algumas dúvidas acerca da Resolução nº 31, principalmente sobre o financiamento. O grupo ressaltou que apenas o custo da equipe já ultrapassaria o valor proposto, não sendo suficiente, principalmente na alta complexidade. Liliane sugeriu alguns passos a serem seguidos: o diagnóstico

socioterritorial, a forma e a oferta das modalidades, a discussão da proposta com os municípios e COEGEMAS, e posterior apreciação e pactuação na CIB. Quanto à Central de Acolhimento é necessário evidenciar o fluxo. Na seqüência a discussão se ampliou em torno da equipe técnica de referência para CREAS. Fabiani citou que em média a despesa com uma equipe técnica de Casa Lar é em torno de 13 mil reais e sugeriu levar essa informação para o MDS. Maria Eunice comentou sobre a possibilidade de averiguar o exemplo de outros Estados e checar se eles estão cumprindo os critérios dos serviços regionalizados, com equipe de referência completa e quanto o Estado está custeando. Paloma sugeriu manter contato com Pernambuco, que apresenta experiência exitosa na regionalização. Na seqüência o grupo deu início na construção do relatório, ficando definido que os dados seriam trabalhados na reunião e posteriormente todos fariam contribuições por e-mail. Paloma iniciou a elaboração do relatório / resumo referente aos serviços de média complexidade. Foi feita a leitura do mapa CREAS referente ao diagnóstico socioterritorial para média complexidade com a identificação das microrregiões sem cobertura de serviços de Proteção Social Especial. Sobre o mapeamento da rede de serviços socioassistenciais, órgãos de defesa e garantia de direitos e políticas públicas, a sugestão do grupo foi aprofundar a busca destas informações no relatório de informações sociais da SAGI, Secretaria de Educação e Saúde. Maria Eunice e Fabiani levantaram a real necessidade de buscar estes dados, uma vez que não implicariam neste momento no processo de regionalização do PAEFI, deixando talvez de não contabilizar algumas dessas informações neste momento e adiando para uma segunda etapa. Paloma informou que nos estudos consta a informação dos municípios com sede de Comarca e este é um dos critérios constantes na resolução que trata sobre a regionalização. O passo seguinte a ser acrescentado no relatório foi a identificação das situações de violação de direitos. Paloma informou que os dados do estudo são do ano de 2013 coletados junto a Secretaria de Segurança Pública, e envolve crianças, adolescentes, idosos e mulheres. O grupo decidiu que as informações referentes ao quantitativo de boletins de ocorrência seriam usadas para identificar violação de direitos. Paloma evidenciou que as informações sobre identificação de condições de acesso, deslocamento e distância entre os municípios, identificação dos municípios de PPI que não possuem cofinanciamento federal para CREAS já constam no primeiro estudo, e que ficaria responsável por sistematizar no relatório toda esta primeira etapa do diagnóstico. Liliane considerou importante fazer uma planilha resumida e comparativa dos modelos de CREAS regional e municipal, com suas características, responsabilidades, financiamento, estrutura de recursos humanos, desafios para implantação e condições estruturais do Órgão Gestor Estadual para a implantação para oferta dos Serviços Regionalizados. Ressaltou também a importância de mostrar a estrutura atual e a estrutura necessária. Referente a regionalização de Alta Complexidade, seguindo os passos do relatório/resumo, Paloma informou que já foi realizado diagnóstico socioterritorial com as informações sobre unidades de acolhimento e família acolhedora e que já possui planilha com informações sobre a taxa de acolhimento de todos os municípios do Estado, assim como a identificação das microrregiões do Estado que não possuem serviços de acolhimento (ou com baixa cobertura de oferta, se for o caso), o porte e a população dos municípios das

microrregiões identificadas e a rede existente nos municípios das microrregiões identificadas. Fabiani informou que até o momento, a DIAS não se posicionou sobre a regionalização da alta complexidade e que a proposta inicial era priorizar a média complexidade. Liliane informou que o diagnóstico norteará a definição do modelo a ser adotado, sendo importante a Câmara Técnica mostrar as possibilidades dos dois modelos. Fabiani informou que a Alta Complexidade envolve também adultos, famílias e população de rua e no momento os estudos foram feitos apenas para crianças e adolescentes. Colocou também que é necessário fazer um levantamento novamente, aplicar questionário e levantar demandas de migração e população de rua no Estado, pois os dados que a DIAS tem é apenas de haitianos, sendo necessário dados dos imigrantes em geral. Liliane sugeriu especificar no relatório que o mapeamento para construção do diagnóstico não foi feito para este segmento, apenas para crianças e adolescentes, bem como os limites encontrados na produção de informação para construção do diagnóstico. Paloma informou que já tem mapeado a distância e as condições de acesso e deslocamento dos municípios das microrregiões. Fabiani relatou que foi aberta para Santa Catarina 40 vagas para alta complexidade de crianças e adolescentes, mas no momento de preencher o termo de aceite o sistema habilitou apenas 10 vagas. Paloma disse que já comunicou o MDS sobre erro no sistema, mas que por enquanto permanecem as 10 vagas. Fabiani informou que as opções de desenho para regionalização de alta complexidade são: casa lar, abrigo, república e família acolhedora. Relatou também que o Tribunal de Justiça apontou Içara como município sede e que já haveria inclusive um espaço pronto para implantação do serviço e atenderia a região descoberta. Porém o Tribunal sugere alguns municípios e o Ministério Público aponta outros. Fabiani apontou também que em virtude da inexistência de república no Estado, pode ser uma opção, conforme sugestão do ministério público. Ressaltou ainda que como a resolução não está fechada, podemos escolher o critério. Maria Eunice afirmou a importância de deixar as crianças no seu território, na sua localidade, que é o melhor enquanto garantia de direitos e neste caso família acolhedora seria uma boa opção. Na ocasião colocou também que objetivamente o que precisa ser levantado são dados seguros, que possam retratar o problema e fornecer um caminho. Afirmou que não é possível enviar um relatório pra CIB incompleto, caso não haja conclusão dos estudos da alta complexidade. Paloma informou que dificilmente será concluído em um mês, pois falta decidir o desenho. Liliane informou que independente do desenho escolhido, a Câmara Técnica poderá apontar as modalidades e as implicações, e informar qual é mais prioritária. Fabiani colocou que se as crianças precisam ficar mais de dois anos acolhidas, não podem ficar em família acolhedora. Retomando a discussão sobre recursos humanos e levantamento da remuneração média das equipes de referência da assistência social e pesquisa salarial, a discussão no grupo girou em torno da forma melhor de coletar esses dados. Como sugestão final, Fabiani fará um sorteio entre os municípios nas macrorregiões. Neste sentido o grupo decidiu enviar uma Circular aos Gestores Municipais solicitando o levantamento da remuneração média da equipe da política de assistência social, em nome do colegiado. Sandra se prontificou a redigir tal documento. Maria Eunice fará a introdução do relatório, com as informações de dados que já estão compilados e das

lacunas que ainda existem. Liliane informou que poderá organizar o conteúdo do relatório no item que se refere a estrutura do órgão gestor, e que para isso precisa de informações sobre recursos humanos e saber os custos da equipe de referencia. Informou que irá socializar o material por e-mail e que todos podem contribuir. Ao final da reunião foi elaborado o calendário anual da Câmara Técnica assim definido: 9 de junho em Blumenau / 27 de julho em Rio do Sul / 19 de outubro em São José. Maria Eunice sugeriu que a eleição da coordenação e nova composição da Câmara Técnica fiquem para a próxima reunião em virtude da necessidade de escolha de novos membros pelo COEGEMAS. Nada mais havendo a tratar, eu Paloma Mariucci, secretária da Câmara Técnica, lavrei a presente ata.